

Por Antonio Penteadó Mendonça



A penetração de seguros na sociedade brasileira ainda é baixa. Na prática, isso quer dizer que, no caso de acidentes que causem danos, a vítima morre com a conta, ou seja, fica mais pobre, porque o país não tem o hábito de transferir pelo menos parte dos riscos que ameaçam a sociedade para o setor de seguros.

Atualmente, menos de 30% das empresas fazem seguro contra incêndio. E o seguro de incêndio é um seguro obrigatório. Da mesma forma, a maioria das cargas transportadas pelo país não é segurada, apesar do seguro também ser obrigatório.

O carro chefe dos seguros gerais é o seguro de veículos. No entanto, menos de 30% da frota nacional tem algum tipo de seguro. E a regra vale para os seguros de pessoas. A maioria dos brasileiros não tem seguro de vida ou acidente pessoal. Da mesma forma que apenas $\frac{1}{4}$ da população é protegida pelos planos de saúde privados e um número bem menor tem plano de previdência complementar.

É um quadro complexo, que deixa heranças tristes cada vez que um evento danoso atinge pessoa ou empresa, causando danos ao patrimônio, à saúde e à vida.

A grande vitrine da consequência da não contratação de seguros são os danos causados pelos eventos de origem climática, que, ao contrário do que muita gente imagina, atingem o Brasil com violência extrema todos os anos.

Secas, chuvas torrenciais, granizo, ventanias, vendavais, tornados, tempestades tropicais e até furacões se abatem sobre o território nacional, cobrando um alto preço da falta de planejamento, da ocupação irregular de áreas sujeitas a desastres naturais, do descaso dos governos, que não tomam medidas sérias para mudar o quadro, e da falta de tradição na contratação de seguros.

As razões que fazem o brasileiro não contratar seguro são conhecidas e vão do individualismo exacerbado à falta de dinheiro. O brasileiro não é famoso pela solidariedade. Basta ver o que acontece nos acidentes de trânsito para comprovar a afirmação. O trânsito para porque os outros motoristas querem ver o acidente, mas são poucos os que param para auxiliar as vítimas.

Quanto a não ter dinheiro, o salário médio nacional é suficiente para explicar o que isso significa. Para não falar no salário mínimo abaixo de mil reais por mês, recebido por parcela importante da população. O custo de vida impede que o cidadão contrate seguro. Antes disso, ele precisa comer, morar, se vestir, etc.

De outro lado, a situação, não faz tanto tempo, já foi muito pior. Desde o começo do século 20, a sociedade brasileira tem evoluído positivamente em todos os índices de aferição de desenvolvimento social. E esta realidade ganhou velocidade após o Plano Real, quando a

estabilidade da moeda criou condições para que milhões de pessoas melhorassem o padrão de vida.

É verdade que ainda vivemos uma crise sem precedentes, criada pelos desmandos e bandalheira dos governos do PT, que levou mais de 13 milhões de pessoas a perderem seus empregos. Mas estamos saindo da crise, as perspectivas da retomada do crescimento são boas e podem acontecer rapidamente.

Este é o outro lado da moeda. A retomada do crescimento e do emprego, a elevação dos patamares de remuneração, o aumento da produção e o aquecimento da economia somados à carência de seguros são a mola perfeita para o setor experimentar um momento positivo já a partir do próximo ano.

Com o sucesso do Plano Real o setor de seguros atravessou um longo período de aquecimento, puxado especialmente pela demanda da sociedade, preocupada em proteger seus ganhos e avanços. O ritmo só arrefeceu depois de instalada a crise e, mesmo assim, o setor foi dos menos afetados por ela.

Nos próximos anos, a atividade seguradora vai passar por profundas transformações. Não será apenas o Brasil que será afetado por elas, mas, enquanto os países ricos estão no limite da capacidade de seus mercados, o Brasil tem mais da metade de sua força econômica sem proteção.

Ainda que as mudanças atinjam a forma como os negócios são atualmente feitos, a venda de seguros deverá se acelerar rapidamente, com potencial para dobrar sua participação no PIB em cinco anos.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 03.12.2018.